A estruturação da Sociedade

Simon Schwartzman

O Estado de São Paulo, 15 de junho de 1979

Uma sociedade minimamente estruturada é condição indispensável, necessária (mas não suficiente) para a instauração efetiva de um sistema politico democrático e socialmente progressista. Sem esta estruturação, a população se massifica, à mercê das eventuais lideranças carismáticas e manipulações de máquinas partidárias e propagandísticas de todo o tipo, enquanto que o poder político se concentra na burocracia estatal e tende a crescer indefinidamente.

A dificuldade brasileira a este respeito é grande, porque nos falta uma tradição histórica de organizações sociais mais efetivas e bem estruturadas que possuam modelos conhecidos de controle efetivo do poder público pela sociedade; e é por isto que talvez nos falte, inclusive, um melhor entendimento a respeito de que tipo de relações deveríamos procurar estabelecer entre a sociedade estruturada e o sistema político.

Poucos discordariam desta afirmação, ainda que existam certamente divergências sobre sua verdadeira explicação e sentido. Oliveira Vianna é autor de uma denúncia clássica e irretorquível da tradição liberal brasileira, que supunha a existência de uma sociedade estruturada e articulada, que de fato não existia, como base de sua sustentação. Ao contrário de outros, dizia Oliveira Vianna, o povo brasileiro era um "povo-massa", que deveria ser tutelado por suas elites. Isto era explicado, essencialmente, pela composição racial do brasileiro, e o futuro dependia de uma progressiva arianização da raça. O racismo e o autoritarismo de Oliveira Vianna não devem ocultar o fato de que sua crítica ao liberalismo oligárquico brasileiro era basicamente correta.

As análises mais modernas do problema se voltam para o exame do processo político e socioeconômico da criação do Estado e da sociedade brasileira a partir de suas origens como colônia portuguesa. Este processo inclui a organização, no Brasil, de uma administração patrimonial-burocrática que visava basicamente à exploração mercantilista dos recursos econômicos do país; à organização da atividade econômica na forma de concessões, privilégios e monopólios que terminavam por concentrar o poder político e

econômico em uma série de oligarquias locais que repartiam entre si o controle do território nacional; e à manutenção de um sistema escravista que seria o último do mundo ocidental a ser extinto, o que trouxe entre outros efeitos o de impedir o desenvolvimento de formas alternativas de organização social do trabalho e da produção.

Todos estes elementos fariam supor a construção de uma estrutura social extremamente estratificada, rígida e bem organizada, dentro de seus estreitos limites. Estratificada certamente, mas rígida e organizada de nenhuma forma.

Os ciclos de prosperidade e decadência econômica – principalmente no Nordeste e Minas Gerais – deixavam em sua passagem populações inteiras sem suas fontes principais de renda, e saiam do foco de interesse dos centros políticos e econômicos do país. O sistema de colonização predatório e aventureiro levava à quase inexistência de um sistema familiar estável para a maior parte da população; a competição da Igreja Católica pelo braço do índio e a alma dos africanos induzia brechas nas barreiras rígidas da dominação escravista; a própria dimensão do território, enfim, dava margem ao surgimento de formas não controladas ou previstas de exploração econômica e organização social.

Estes e outros processos terminaram por fazer da "marginalidade social" uma característica central da sociedade brasileira desde muito tempo (e não, como normalmente se pensa, um simples subproduto da urbanização das últimas décadas). Mulatos, libertos, filhos ilegítimos, nobres decadentes, agricultores arruinados, advogados, desempregados, prostitutas, imigrantes, padres sem vocação, derrotados das corridas do outro, toda esta multidão de pessoas sem lugar certo na estrutura social se aglomerava ao redor dos centros urbanos ou das casas senhoriais no campo, tratando de viver como podiam das migalhas e sobras da economia mercantilista e da burocracia e cartorialismo do Estado patrimonial.

Em termos mais abstratos e gerais, faltou ao Brasil um passado feudal, uma matriz de integração e organização mais complexa que desse, a cada um, um lugar conhecido e estável no sistema social Na Europa, esta matriz social foi substituída pelas corporações profissionais, pelas cidades burguesas e, finalmente, pelas classes do sistema capitalista vitorioso que rapidamente se organizaram na forma de grupos de interesse, associações de assistência e ajuda mútua, sindicatos e partidos políticos. O capitalismo brasileiro tem

como pano de fundo a acumulação de recursos na monocultura cafeeira, a atividade empresarial dos imigrantes europeus e os esforços modernizadores do Estado Nacional a partir, principalmente, do Estado Novo. A sociedade paulista, pelo seu isolamento histórico em relação ao centro político do país, pela pujança de sua economia, pelos imigrantes, consegue reproduzir de alguma forma os padrões de organização social que em muitos aspectos lembram os do capitalismo clássico, mas daí para o Norte a realidade é bem distinta.

Seria tão absurdo esperar que a sociedade brasileira venha a se estruturar nos moldes do capitalismo clássico europeu como seria querer que ela ainda passasse em algum momento pela forma do feudalismo. A organização da sociedade em classes depende de que as pessoas realmente se definam socialmente por suas posições em relação ao sistema produtivo; e isto é cada vez mais difícil quando a agricultura e a indústria produzem cada vez mais com um número cada vez menor de pessoas. O crescimento do chamado "setor terciário" - de atividades de serviço, não diretamente produtivas – é uma das características centrais das sociedades pós-industriais mas, antes delas, é um aspecto central de sociedades subdesenvolvidas de origem colonial como o Brasil.

A estruturação das sociedades modernas passa pelas linhas tradicionais da divisão social do trabalho, mas também – e cada vez mais – por identificações ligadas predominantemente não à produção mas ao consumo – ou sua falta – e a uma série de outras características que marcam a vida social – origem étnica, local de origem ou residência, religião, profissão, educação, língua, e assim por diante. Estas sociedades são, em certo sentido, menos estruturadas do que quando as divisões relativas ao trabalho produtivo predominavam; elas são, ao mesmo tempo, muito mais suscetíveis a movimentos de mobilização intensa ao redor destas características.

Daí a fluidez crescente de seus sistemas políticos e a crescente falta de correspondência entre o que ocorre ao nível do processo político – que desenvolve sua própria dinâmica – e o que ocorre a nível social. Este problema é particularmente grave quando, como no caso brasileiro, ele vem combinado com desigualdades tão grandes na distribuição da riqueza nacional e nas formas de acesso aos centros de decisão.

Seria utópico pensar que um sistema político democrático e progressista pudesse fluir naturalmente de tal contexto. Este sistema precisa ser desenvolvido e construído deliberadamente, a partir de uma ideia clara de onde se pretende chegar e qual é a realidade e a herança histórica com a qual podemos contar.